



97  
J

ASNC  
Nº 70014788962  
2006/CÍVEL

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. SERVIDORES MUNICIPAIS. RESOLUÇÃO DE CÂMARA DE VEREADORES SOBRE REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS. REVOGAÇÃO. PERDA DE OBJETO.** Revogado o ato normativo questionado, resta prejudicada a análise da ação direta de inconstitucionalidade, pela superveniente perda do objeto (art. 267, IV, do CPC). Precedentes. **AÇÃO EXTINTA, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO.**

AÇÃO DIRETA DE ÓRGÃO ESPECIAL  
INCONSTITUCIONALIDADE

Nº 70014788962 COMARCA DE PORTO ALEGRE

EXMO SR PROCURADOR-GERAL DE JUSTICA DO ESTADO PROPONENTE

CAMARA MUNICIPAL DE REQUERIDO  
VEREADORES DE IJUÍ

EXMO SR PROCURADOR-GERAL DO ESTADO INTERESSADO

## DECISÃO MONOCRÁTICA

Vistos.

1. Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL** em face da Resolução nº 498/99 da **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IJUÍ**, alegando que, ao tratar de triênios, adicionais e referências dos servidores do Poder Legislativo de Ijuí, o ato ofende os arts. 8º, *caput*, da CE/89 e 37, X e XIV, da CF/88.

Feitas a notificação e a citação, o Presidente da Câmara de Vereadores de Ijuí prestou informações esclarecendo que o ato questionado foi revogado (fls. 85/87), e a Procuradora-Geral do Estado manifestou-se pela manutenção do ato impugnado (fl. 92).



A seguir, pronunciou-se o Procurador-Geral de Justiça pela extinção do feito, por perda de objeto (fls. 94/94v.), vindo os autos, então, conclusos para julgamento.

É o relatório.

2. Deve ser extinta a ação, sem julgamento de mérito (art. 267, IV, do CPC).

Afinal, voltando-se a ação contra a Resolução nº 498/99 da Câmara de Vereadores de Ijuí, ato normativo este que restou expressamente revogado pela Resolução nº 919/2006, proveniente da mesma autoridade, resta evidente que a lide perdeu seu objeto.

Nesse sentido os precedentes do E. STF e desta Corte, exemplificativamente:

**"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - QUESTÃO DE ORDEM - IMPUGNAÇÃO A MEDIDA PROVISÓRIA QUE SE CONVERTEU EM LEI - LEI DE CONVERSÃO POSTERIORMENTE REVOGADA POR OUTRO DIPLOMA LEGISLATIVO - PREJUDICIALIDADE DA AÇÃO DIRETA. - A revogação superveniente do ato estatal impugnado faz instaurar situação de prejudicialidade que provoca a extinção anômala do processo de fiscalização abstrata de constitucionalidade, eis que a ab-rogação do diploma normativo questionado opera, quanto a este, a sua exclusão do sistema de direito positivo, causando, desse modo, a perda ulterior de objeto da própria ação direta, independentemente da ocorrência, ou não, de efeitos residuais concretos. Precedentes." (ADI-QO 1445/DF; STF, Tribunal Pleno, Rel. Min. CELSO DE MELLO, j. 03/11/2004, DJ 29-04-2005 PP-00008 EMENT VOL-02189-02 PP-00213 LEXSTF v. 27, n. 318, 2005, p. 40-44).**

**"DECISÃO: A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviário, Aéreo, na Pesca e nos Portos - CONTTMAF propõe arguição de descumprimento de preceito fundamental, com pedido de liminar, indicando como atos lesivos o artigo 70, parágrafo único, do decreto n. 3.048, de 06.05.1999, do Presidente da República, e o artigo 213 da instrução normativa n. 20, de 18.05.2000, da Diretoria Colegiada do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. 2. O Procurador-Geral da República destacou, no parecer de fls. 313/315, que os preceitos impugnados já não se encontram vigentes. O parágrafo único do artigo 70 do decreto n. 3.048/99 foi transformado em § 1º e teve a sua redação substancialmente modificada pelo decreto n. 4.827/03. A instrução normativa n. 20/2000, por sua vez, foi revogada pelo artigo 621 da instrução normativa n. 27/2001, na parte relativa a benefícios, e pelo artigo 307 da instrução normativa n. 71/2002, na parte restante. 3. É pacífica a jurisprudência do Tribunal no sentido de ser inviável o controle concentrado de constitucionalidade de ato normativo revogado, ainda que a sua revogação tenha ocorrido após a propositura da ação: "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - QUESTÃO DE ORDEM -**





99  
D

ASNC  
Nº 70014788962  
2006/CÍVEL

**IMPUGNAÇÃO A MEDIDA PROVISÓRIA QUE SE CONVERTEU EM LEI - LEI DE CONVERSÃO POSTERIORMENTE REVOGADA POR OUTRO DIPLOMA LEGISLATIVO - PREJUDICIALIDADE DA AÇÃO DIRETA.** - A revogação superveniente do ato estatal impugnado faz instaurar situação de prejudicialidade que provoca a extinção anômala do processo de fiscalização abstrata de constitucionalidade, eis que a ab-rogação do diploma normativo questionado opera, quanto a este, a sua exclusão do sistema de direito positivo, causando, desse modo, a perda ulterior de objeto da própria ação direta, independentemente da ocorrência, ou não, de efeitos residuais concretos. Precedentes" [ADI n. 1.445, Relator o Ministro CELSO DE MELLO, DJ de 29.04.2005]. 4. No mesmo sentido: ADPF n. 84/MC, Relator o Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ de 7/03/2006; ADPF n. 76/MC, Relator o Ministro GILMAR MENDES, DJ de 20/02/2006; ADPF n. 50/MC, Relator o Ministro JOAQUIM BARBOSA, DJ de 23/02/2006. Nego seguimento à arguição nos termos do art. 21, § 1º, do RISTF. Publique-se. Brasília, 9 de maio de 2006. Ministro Eros Grau – Relator" (ADPF 8 MC/DF; STF, Rel. MIN. EROS GRAU, j. 09/05/2006, DJ 18/05/2006 PP-0005).

"ADIN. PERDA DO OBJETO. A jurisprudência do STF já se firmou no sentido de considerar prejudicado o pedido de declaração de inconstitucionalidade de ato normativo no caso de sobrevir a sua revogação (ADIn n.º 709, DJU 20.05.92, pág. 12.248). Ação direta extinta, sem julgamento do mérito, em decisão monocrática." (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70008490484, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Maria Berenice Dias, Julgado em 22/12/2004).

Com efeito, deve-se reconhecer o fato superveniente (art. 462 do CPC), que, alterando a realidade fática inicialmente posta a julgamento, torna anódina qualquer decisão a respeito do objeto da ação, que não tem mais razão de ser.

3. Isso posto, julgo extinto feito, pela superveniente perda de seu objeto, *ex vi* do art. 267, IV, do CPC.

Publique-se e intimem-se.

Porto Alegre, 20 de junho de 2006.

**DES. ADÃO SÉRGIO DO NASCIMENTO CASSIANO,**  
Relator.

C1



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



100  
D

ASNC  
Nº 70014788962  
2006/CÍVEL



Número Verificador: 700147889622006542202

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:

Signatário: Adao Sergio do Nascimento Cassiano  
Nº de Série do certificado: 42DEA21D765D8D8E1E2048FF04939B78  
Data e hora da assinatura: 20/06/2006 14:45:16